



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

PARECER

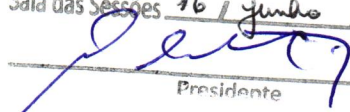
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DEFESA DA CIDADANIA, SEGURANÇA PÚBLICA E MINORIAS

Matéria: Projeto de Lei nº 47/2025.

Data: 27 de maio de 2025.

Autoria: Poder Legislativo

Súmula: "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO ANJO AMIGO".

APROVADO
Sala das Sessões 16 / Junho / 2025

Presidente

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 47/2025, de autoria legislativa, declara de utilidade pública municipal a Associação Anjo Amigo. A proposição foi protocolada sob o nº 1395/2025 em 27 de maio de 2025, acompanhada de justificativa escrita, conforme exigido pelo Regimento Interno.

O autor destaca que a entidade atua de forma contínua em ações sociais, educativas e humanitárias no município de Campo Largo, promovendo cidadania e bem-estar coletivo.

Nos termos do art. 3º da Portaria 113/2023 e do art. 118 do Regimento Interno, a matéria foi submetida à Comissão de Direitos Humanos para análise.

É o relatório.

PARECER DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 47/2025

A Comissão de Justiça e Redação, no uso de suas atribuições regimentais, nos termos do art. 42, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Largo, procede à análise jurídica e técnica do Projeto de Lei nº 47/2025, de autoria do nobre Vereador, que "Declara de utilidade pública municipal a Associação Anjo Amigo".



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

Da Competência

Nos termos do art. 42, inciso IV, do Regimento Interno, compete à Comissão de Direitos Humanos manifestar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa de todas as proposições.

Da Análise Jurídica e Técnica

A matéria encontra respaldo no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que atribui ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

A declaração de utilidade pública é ato normativo compatível com a competência legislativa municipal, sendo instrumento reconhecido para fins de reconhecimento formal de entidades que prestam serviços relevantes à sociedade local.

A proposição está redigida de forma clara e objetiva, obedecendo aos princípios da técnica legislativa, conforme preceitua a Lei Complementar nº 95/1998.

Do Mérito Temático

A Associação Anjo Amigo, conforme exposto na justificativa, presta relevantes serviços sociais e educativos à comunidade campo-larguense, atendendo ao interesse público e à finalidade que justifica o reconhecimento de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Direitos Humanos opina pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 47/2025.

É o parecer.



**CÂMARA MUNICIPAL
DE CAMPO LARGO**

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

A Comissão competente, em reunião ordinária realizada no dia 11 de junho de 2025, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei nº 47/2025.

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DEFESA DA CIDADANIA, SEGURANÇA
PÚBLICA E MINORIAS**



JUNIOR ANDREASSA
Presidente



GUSTAVO TORRES
Relator

ATHOS MARTINEZ
Membro